



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

OFÍCIO N.º 16/2025/GP

Luiz Alves/SC, 31 de janeiro de 2025

Ao Excelentíssimo Senhor
ÊNIO RONCHI JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Luiz Alves/SC

Excelentíssimo Presidente,

Encaminho o Projeto de Lei Complementar n.º ____/2025, que “Fixa os vencimentos dos cargos em comissão de Procurador-Geral do Município e Chefe de Gabinete.”, a fim de que este seja apreciado e votado, por essa Egrégia Casa Legislativa.

Respeitosamente,

BERTOLINO BACHMANN
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º /2025

Fixa e equipara os vencimentos dos cargos em comissão de Procurador-Geral do Município e Chefe de Gabinete, em conformidade com a Lei.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa o vencimento do cargo em comissão de Procurador-Geral do Município, conforme a Lei Municipal n.º 1.534, de 01 de julho de 2013, no valor de R\$ 10,000.00 (dez mil reais).

Art. 2º Fixa o vencimento do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, conforme a Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 10,000.00 (dez mil reais).

Art. 3º Fica extinta a simbologia “CC-1” do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, conforme “ANEXO XV” da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, permanecendo inalterados os demais cargos.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei Complementar serão suportadas pelo orçamento anual do Município de Luiz Alves.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 31 de janeiro de 2025

BERTOLINO BACHMANN
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

JUSTIFICATIVA

Nobres Vereadores,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências o **Projeto de Lei Complementar n.º ____/2025**, que *“Fixa e equipara os vencimentos dos cargos em comissão de Procurador-Geral do Município e Chefe de Gabinete, em conformidade com a Lei.”*.

O presente Projeto de Lei Complementar tem como objetivo adequar o vencimento dos cargos comissionados de Chefe de Gabinete e Procurador-Geral do Município, em conformidade com a legislação municipal vigente e as necessidades administrativas.

Conforme disposto na Lei Municipal nº 1.534/2013, em seu art. 3º, estabelece que "O Procurador-Geral do Município tem status de Secretário Municipal". Da mesma forma, a Lei Orgânica do Município, de 04 de abril de 1990, determina, em seu art. 50, § 2º, que "A Chefia do Gabinete do Prefeito e a Procuradoria-Geral do Município terão a estrutura da Secretaria Municipal". Essas disposições evidenciam que os cargos de Procurador-Geral e Chefe de Gabinete devem ser tratados como equivalentes aos de Secretários Municipais.

Além disso, é importante destacar que não há legislação municipal vigente que regule a remuneração do cargo de Procurador-Geral, o que reforça a necessidade de estabelecimento de critérios claros e adequados por meio deste projeto de lei.

Desta forma considerando a Lei Municipal nº 2.096/2024, de 25 de junho de 2024, que, em seu art. 5º, estipula que "Os Secretários Municipais do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, para a gestão de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, receberão subsídio mensal no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)". Assim, torna-se imprescindível que os vencimentos do Chefe de Gabinete e Procurador-Geral sejam ajustados para o mesmo patamar, respeitando a isonomia constitucional e a equiparação já prevista na legislação trabalhista.

Foi realizado estudo detalhado do impacto financeiro, considerando os limites orçamentários e financeiros do Município. O estudo concluiu que as alterações propostas não comprometem o equilíbrio fiscal nem ultrapassam os limites de despesas com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

O impacto financeiro gerado pela atualização dos vencimentos dos cargos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

comissionados e pela adequação do quadro de cargos efetivos foi devidamente previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e está em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Além disso, o município mantém margem de segurança para o atendimento aos limites prudenciais previstos na LRF, garantindo a sustentabilidade fiscal das alterações propostas.

Em vista do exposto, a aprovação do presente projeto de lei é fundamental para assegurar a conformidade das remunerações com o ordenamento jurídico municipal, valorizar os profissionais que desempenham funções essenciais ao Município e fortalecer a estrutura administrativa, sem comprometer a responsabilidade fiscal e a eficiência na gestão pública.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria e o interesse municipal.

Com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colho esta oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 31 de janeiro de 2025

BERTOLINO BACHMANN
Prefeito Municipal

*Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, e no site da Prefeitura
de Luiz Alves - luizalves.atende.net*